

Processos globais, resistências e emancipação

Lorena Izá Pereira

Universidade Estadual Paulista (Unesp) – Presidente Prudente, São Paulo, Brasil
e-mail: lorena.izap@gmail.com

Estevan Leopoldo de Freitas Coca

Universidade Federal de Alfenas (Unifal) – Alfenas, Minas Gerais, Brasil
e-mail: estevanleopoldo@yahoo.com.br

Camila Ferracini Origuéla

Universidade Estadual Paulista (Unesp) – Presidente Prudente, São Paulo, Brasil
e-mail: ferracinicamila@yahoo.com.br

Em um contexto de globalização neoliberal e discursos de homogeneização do espaço, o debate multi e interescalar torna-se ainda mais necessário (MARSTON, 2000; SNEDDON, 2003; VAINER, 2001; BRENNER, 1998). Nesse caso, urge levar em consideração não apenas a escala em sua perspectiva cartográfica, ou seja, a representação do real, mas principalmente a sua produção no bojo das relações sociais (SMITH, 2002). As dinâmicas capitalistas são globais, contudo, a sua materialização nos territórios são moldadas por processos locais e globais em interação, que variam de acordo com a formação socioespacial, aspectos naturais, sociais e culturais (SANTOS; SOUZA; SILVEIRA, 2002). Ademais, há diferentes formas de resistências (ALLEN; MASSEY; COCHRANE, 1998). Embora haja movimentos socioterritoriais transnacionais, como a Via Campesina (EDELMAN e BORRAS JR., 2016), essas resistências ainda são majoritariamente materializadas na escala local. Nem sempre elas possuem caráter progressista, podendo também estar relacionadas às estratégias de manutenção de tradicionais relações de poder. Isso denota que o contexto atual se caracteriza por uma série de conflitos e contradições, envolvendo uma grande diversidade de sujeitos, espaços e ideologias.

O número 44 da Revista NERA oferece uma interessante aproximação entre dinâmicas globais e locais e como estas (re)constroem diferentes territórios, seja através de tendências globais, como a financeirização da agricultura ou por meio da emancipação de sujeitos, da economia solidária, do cooperativismos e associativismos. Por isso, nesse artigo introdutório visamos problematizar os artigos aqui contidos com base em alguns dos principais processos socioespaciais nas escalas global e local.

É inegável que a complexidade socioespacial hodierna denota que elementos culturais, identitários e até mesmo ambientais, se tornam de grande relevância na orientação das lutas por emancipação (AGNEW, 2001; PAASI, 2002). São exemplos disso, grupos e movimentos que possuem como temática central lutas por igualdade racial, direitos dos

imigrantes, combate ao aquecimento global, etc. Contudo, a principal característica das conflitualidades que caracterizam a Questão Agrária atual é a contradição capital x trabalho.

Por esse motivo, iniciamos o presente número da Revista NERA com o artigo *A face e múltiplas facetas da barbárie societal no campo brasileiro: algumas considerações*, no qual os autores Suzane Tosta Souza e Jânio Diniz Santos, a partir da análise do estado da Bahia, nos fazem refletir a respeito das investidas do capital sobre o trabalho no campo brasileiro, especialmente no que tange ao processo de concentração fundiária, representando os interesses diretos da expansão do agronegócio, que resulta na intensificação da luta pela terra, criminalização dos camponeses e acirramento de conflitos territoriais. Souza e Santos trazem uma contribuição importante ao evidenciar as formas de atuação do capital no campo por meio dos “Sete pecados do capital no campo”, sendo avareza; o ecocídio e o biocídio; a exploração; o fetichismo; a fome; o roubo do tempo e o latifúndio.

Historicamente, uma das estratégias para a superação dessas contradições entre o capital e o trabalho no campo tem sido a implementação de políticas de reforma agrária, pois essas, quando implementadas de modo emancipatório, vão além da perspectiva de distribuição fundiária, remetendo também a outros fatores como a produção de alimentos na escala local e o combate ao êxodo rural (BORRAS JR., 2008; ROSSET, 2013). Entretanto, faz-se importante levantar algumas questões: a reforma agrária ainda tem sentido como política capaz de contribuir com a manutenção do modo de vida e trabalho do campesinato? Se sim, qual o modelo de reforma agrária a ser implementado, a que se baseia no protagonismo do Estado ou a que se dá por meio do mercado? Quais são os sujeitos que possuem a reforma agrária como bandeira de luta?

Assim, partindo para uma análise da questão agrária na escala latino-americana, Pablo Díaz Estévez, através do artigo *La reforma agraria en el Uruguay del siglo XXI: ¿Bandera caída y fábrica de pobres?*, identifica uma diversidade de concepções sobre a reforma agrária no Uruguai no início do século XXI. Estévez demonstra como o conceito de reforma agrária é substituído atualmente por dirigentes políticos da Frente Amplia, que corresponde a uma coalização eleitoral de esquerda do país, pelo termo *desenvolvimento rural*, como as políticas diferenciais para a produção familiar e o acesso à terra por meio do Instituto Nacional de Colonización do Uruguai. O autor conclui nos alertando para a necessidade de aprofundar e debater acerca das diferentes reformas agrárias na América Latina, que embora estejam no mesmo continente, apresentam características singulares em cada país.

Seguindo com questão agrária na América Latina, o artigo intitulado *Ciclos de extranjerización y concentración de la tierra en Paraguay*, de autoria de Lorena Izá Pereira tem como objetivo debater acerca do processo histórico de apropriação do território paraguaio por estrangeiros desde 1870 até o período atual, evidenciando as estratégias, papel do

Estado, relações geopolíticas e impactos na estrutura fundiária do país, que se acentua de acordo com o aumento da presença do capital estrangeiro no país, resultado de um processo histórico, mas que assume novas características em um contexto de convergência de múltiplas crises – alimentar, ambiental, climática, energética e financeira. Segundo Pereira, a novidade do atual período é a intensificação do capital portador de juros na agricultura, embora a presença desta agente ainda seja incipiente no Paraguai.

Na mesma perspectiva da financeirização, os autores Rômulo Luiz Panta e Ivan Targino Moreira abordam no artigo *O processo de monopolização do território pelo capital financeiro nos assentamentos rurais da reforma agrária em Sapé-PB*, os assentamentos de reforma agrária como experiências de luta e resistências, porém que envolve processos contraditórios, especialmente no que se refere as reais condições de infraestrutura, desenvolvimento e reprodução, na qual é possível perceber a essência do problema da subordinação produtiva e territorial ao capital. O objetivo de Panta e Moreira é analisar o processo de monopolização do território pelo capital na agricultura camponesa nos assentamentos rurais do município paraibano de Sapé a partir do Programa Nacional da Agricultura Familiar (PRONAF), considerando a ação territorial do capital financeiro. Os autores nos permite concluir que o programa em questão realmente promove a reprodução camponesa, contudo, de forma subordinada aos diversos setores do capital, considerando que toda estrutura organizacional do PRONAF está direcionada para a acumulação de capital.

Ao contrário do preconizado por entusiastas da globalização neoliberal, esse processo não se dá de modo linear e isento de contradições (MASSEY, 2000). O principal motivo disso é que diversos tipos de resistência têm sido produzidas por grupos com interesses variados, indo desde a defesa contra a expropriação dos seus territórios (ARMITAGE, 2007) até a construção de mercados alternativos com base em princípios de solidariedade entre produtores e consumidores (VAN DER PLOEG; JINGZHONG; SCHNEIDER, 2012). Assim, as dinâmicas escalares da contemporaneidade se caracterizam por uma grande complexidade, o que exige a interpretação da relação global x local por meio de uma perspectiva dialética.

Essas acepções se destacam, por exemplo, na perspectiva da resistência local por meio da emancipação de jovens do campo, como consta no artigo intitulado *Juventudes camponesas: protagonizando esperanças, emancipando sujeitos*, os autores Alexandre Eduardo de Araujo, Luana Fernandes de Melo e Luana Patrícia Costa Silva. Com base na primeira turma do curso Residência Agrária Jovem, ocorrido no Projeto intitulado “Juventude Rural: fortalecendo a inclusão produtiva na Zona da Mata e Brejo Paraibano”, são abordadas questões referentes ao protagonismo e percepções dos jovens camponeses nos processos de desenvolvimento rural na Zona da Mata e Brejo Paraibano. Araujo, Melo e Silva enfatizam a importância do Residência Agrária para o fortalecimento da luta pela terra, especialmente

em um contexto de intensa criminalização da luta e no qual a juventude rural cada vez mais se desloca em direção a centros urbanos.

Seguindo o prisma dos projetos emancipatórios em escala local, no artigo *As contribuições da economia solidária através da ITCP/UNIFAL-MG e o papel do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) para o desenvolvimento local: o caso da Associação Sabor & Saúde, Varginha, Minas Gerais*, as autoras Mariana Martins e Fernanda Onuma objetivam, por meio da prática de princípios da economia solidária, analisar a evolução na gestão e produção de relações associativistas. Martins e Onuma também debatem acerca de como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) beneficiou a agricultura familiar por meio do desenvolvimento local. O artigo é um ótimo exemplo de como projetos de extensão universitários promovem e contribuem para ações coletivas de produção e gestão.

Continuando na abordagem de associações e cooperativas, o artigo com o título *O selo combustível social e o papel das cooperativas em Goiás*, de autoria de Rodrigo Gonçalves de Souza, com base na análise do estado de Goiás, tem como objetivo debater sobre o papel do cooperativismo da agricultura familiar na ação de compra de matérias-primas oleaginosas para no âmbito do Selo de Combustível Social do Programa Nacional para Produção e Uso de Biocombustíveis (PNPB) que, por sua vez, tem como intuito apoiar a participação da agricultura familiar na cadeia de produção de agrocombustíveis. Souza conclui que cooperativas fazem diferença significativa em aumentar poder de mercado, escala e valor adicionado para os agricultores.

Outro exemplo de resistência local frente a processos globais que visam a monopolização do território é evidenciado no artigo intitulado *Territorialidades de uma 'práxis libertadora' na dinâmica mercantil globalizada: o caso do artesanato em Caçapava do Sul/RS*. Os autores Henrique Rudolfo Hettwer e Daiane Loreto de Vargas, a partir da pesquisa em comunidades locais do município de Caçapava do Sul, no Pampa do Rio Grande do Sul, analisam as dinâmicas dos saberes tradicionais e como a atividade artesanal de couro e lã, além de expressarem a cultura gaúcha, contribuem para a formação de territorialidades e para o desenvolvimento territorial, por meio de geração de empregos. Hettwer e Vargas reconhecem que o movimento da globalização neoliberal impõe novas práticas e dinâmicas as comunidades tradicionais, desafiando o patrimônio imaterial.

Finalizando o número 44 da Revista NERA, os autores Eliana Menossi Silva Floriano e Sedeval Nardoque, através do artigo intitulado *A relação campo-cidade no ensino de Geografia: estudo do Currículo de Geografia do estado de São Paulo*, analisam as dimensões da relação campo-cidade no Currículo Oficial para a disciplina de Geografia, do estado de São Paulo. Os autores partem de uma abordagem do debate paradigmático – Paradigma do Capitalismo Agrário e Paradigma da Questão Agrária – por meio da vertente camponêsista deste último, defendendo que a questão agrária também é expressa no território imaterial e,

no neste caso, no ambiente escolar, apontando as críticas à difusão da ideologia capitalista por meio da agricultura moderna, projetada no Currículo escolar do estado de São Paulo por meio do Paradigma do Capitalismo Agrário.

Ademais, este número também conta com a resenha crítica intitulada *Território e teoria camponesa: as experiências do programa de pós-graduação TerritoriAL*, na qual a autora Débora Assumpção e Lima apresenta uma análise do livro *Desenvolvimento Territorial e questão agrária: Brasil, América Latina e Caribe* que, por sua vez, caminha no sentido do eixo condutor deste número, ressaltando a experiência do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe, resultada da relação entre pesquisa e extensão em Geografia Agrária, se constituindo através de um convênio entre a Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF), Via Campesina e Conselho Latino-americano de Ciência Sociais (CLACSO).

O número 44 da Revista NERA é finalizado com a entrevista inédita de Teodor Shanin, presidente da Escola de Ciências Sociais e Econômicas de Moscou, realizada por Vicente Eudes Lemos Alves e Débora Assumpção e Lima em 2017 na cidade de Moscou, Rússia. A entrevista, também publicada no idioma inglês neste mesmo número, aborda questões referentes ao pensamento agrário clássico, campesinato russo e transformações agrárias.

Os ensaios, pesquisas e resenha contidos nesse número da Revista NERA trazem importantes elementos para que possamos discutir alguns dos principais processos globais e locais atrelados à Questão Agrária contemporânea. Percebe-se que apesar de existir um massivo processo de articulação das forças capitalistas obedecendo a dinâmicas globais, a exemplo da financeirização, dos grandes negócios por terras e do controle sobre o fluxo de alimentos no espaço; também têm emergido ações de resistência, especialmente na escala local.

Finalizamos informando algumas renovações na Revista NERA, a começar pela alteração do nosso *layout*, que incluí o logo comemorativo de vinte anos de nossas publicações e mudança da informação ano para volume, visando sempre a nossa melhoria. Desejamos a todos (as) uma excelente leitura!

Referências

AGNEW, J. Regions in revolt. **Progress in Human Geography**, v. 25, n. 1, p. 103–110, 2001.

ALLEN, J.; MASSEY, D.; COCHRANE, A. **Rethinking the region**. Londres: Psychology Press, 1998.

ARMITAGE, D. Governance and the commons in a multi-level world. **International Journal of the Commons**, v. 2, n. 1, p. 7–32, 2007.

BRENNER, N. Between fixity and motion: accumulation, territorial organization and the historical geography of spatial scales. **Environment and Planning, Society and Space**, v. 19, p. 459-481, 1998.

BORRAS JR., S. M. La Vía Campesina and its global campaign for agrarian reform. **Journal of Agrarian Change**, v. 8, n. 2-3, p. 258-289, 2008.

EDELMAN, M.; BORRAS JR., S. M. **Political dynamics of transnational agrarian movements**. Rugby: Practical Action Publishing, 2016.

MARSTON, S. A. The social construction of scale. **Progress in Human Geography**, v. 24, n. 2, p. 219-242, 2000.

MASSEY, D. O sentido global do lugar. In: ARANTES, A. (Ed.). **O espaço da diferença**. Campinas: Papirus, 2000. p. 176-185.

PAASI, A. Bounded spaces in the mobile world: Deconstructing "regional identity". **Tijdschrift voor Economische en Sociale Geografie**, v. 93, n. 2, p. 137-148, 2002.

ROSSET, P. Re-thinking agrarian reform, land and territory in La Via Campesina. **Journal of Peasant Studies**, v. 40, n. 4, 2013.

SANTOS, M.; SOUZA, M. A. A. DE; SILVEIRA, M. L. **Território: globalização e fragmentação**. São Paulo: Hucitec, 2002.

SMITH, N. Geografía, diferencia y políticas de descala. **Terra Livre**, v. 2, n. 19, p. 127-146, 2002.

SNEDDON, C. Reconfiguring scale and power: The Khong-Chi-Mun project in northeast Thailand. **Environment and Planning A**, v. 35, n. 12, p. 2229-2250, 2003.

VAINER, C. B. As escalas do poder e o poder das escalas: o que pod o poder local? **Cadernos IPPUR**, n. 2, p. 140-151, 2001.

VAN DER PLOEG, J. D.; JINGZHONG, Y.; SCHNEIDER, S. Rural development through the construction of new, nested, markets: comparative perspectives from China, Brazil and the European Union. **Journal of Peasant Studies**, v. 39, n. 1, p. 133-173, 2012.